ATA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2021

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2022, às 15:27hs compareceu à Câmara Municipal a Secretaria Municipal da Fazenda na pessoa do Secretário da Fazenda, Sr. Afonso Reis Duarte para proceder a apresentação da prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2021, acompanhado dos técnicos da Secretaria da Fazenda. Presidiu a audiência o Vereador André Rodini, Vice-presidente da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tributária desta Casa de Leis; iniciou agradecendo a presença de todos, explicou a todos que esta audiência pública tem como objetivo a prestação de contas para apresentação dos resultados do 3º quadrimestre de 2021 do Poder Executivo Municipal, teceu comentários iniciais, e em seguida, passou a palavra ao Secretário, que cumprimentou os presentes e agradeceu a oportunidade, falou acerca das contas da Prefeitura e colocou-se à disposição de todos, passando a palavra ao técnico da Secretaria da Fazenda e Chefe da Divisão de Contabilidade, Sr. Vitório Tonetto Filho, para que passasse a apresentação, com a utilização do sistema data show, nos termos do documento que segue em anexo. Vitório iniciou cumprimentando a todos, afirmou que nesta oportunidade estavam apresentando os números do terceiro quadrimestre de 2021 do Poder Executivo Municipal, citando o fundamento legal desta audiência, que está previsto no artigo 9º, §4º da Lei de responsabilidade fiscal, dispositivo que determina que: "até o final do mês de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão referida no §1º do artigo 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas Estaduais e Municipais". Informou que os demonstrativos referem-se aos dados consolidados, evidenciando onze órgãos: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto – DAERP, Fundação de Educação para o Trabalho – FUNDET, Fundação Instituto do Livro, Fundação Dom Pedro II, Fundação Instituto Pólo Avançado de Saúde – FIPASE, Fundação de Formação Tecnológica de Ribeirão Preto – FUNTEC, Guarda Civil Metropolitana, Instituto de Previdência dos Municipiários – IPM, Serviços de Assistência à Saúde dos Municipiários – SASSOM e Câmara Municipal de Ribeirão Preto - CMRP; Acrescentou que a apresentação corresponde ao período do janeiro à dezembro ou seja, correspondente ao terceiro quadrimestre de 2021 e as Metas fiscais, explicou como está organizada a apresentação; Com relação ao resultado orçamentário, informou que a previsão anual de receita e a atualizada era de uma arrecadação de 3 bilhões 522 milhões, dados consolidados, a arrecadação efetiva chegou a 3 bilhões 447 milhões, com índice de quase 98% de realização, que o principal grupo refere-se às transferências correntes, impostos, taxas e contribuições de melhoria, que tiveram mais arrecadação do que previsão, as operações de crédito, receitas de contribuições e receita de serviços tiveram uma leve frustração de receitas diante da previsão; Falou acerca da composição da receita por órgão, dos 3 bilhões

447 milhões, sendo os quatro principais órgãos: a prefeitura, IPM, DAERP e Sassom, correspondem 99,72% de toda arrecadação dos 3 bilhões 447 milhões, que somente a Prefeitura corresponde a R$ 2 Bilhões 641 milhões. Concernente ao detalhamento das receitas somente da Prefeitura (dados isolados), os 2 Bilhões 668 milhões, já incluindo a devolução do duodécimo da Câmara, que a planilha está ordenada por ordem de grandeza, sendo que as principais rubricas de arrecadação foram: ICMS - R$ 636 milhões (24% da arrecadação total); IPTU - R$ 407 milhões (15%); ISS - R$ 371 milhões (14%); FUNDEB - R$ 264 (10%); SUS - R$ 230 milhões (9%) de toda arrecadação, sendo que o IPVA, ITBI, Imposto de renda e outros não representam 10% de toda arrecadação. Passou a efetuar uma comparação dos dados de 2021 em relação ao exercício de 2020 e também os dados da previsão de 2021 em relação à arrecadação, que o ICMS apresentou um aumento de arrecadação de R$ 128 milhões (R$ 68 milhões a mais em relação ao previsto); o ISSQN R$ 74 milhões (R$ 45 milhões a mais em relação ao previsto); FUNDEB R$ 54 milhões (R$ 42 milhões a mais em relação ao previsto); ITBI R$ 33 milhões (R$ 42 milhões a mais em relação ao previsto); o IPTU R$ 31 milhões (R$ 24 milhões abaixo do previsto); O FPM R$ 23 milhões (R$ 9 milhões a mais em relação ao previsto); Falou das demais receitas, trazendo os números e as diferenças entre o previsto e o realizado. Que outras transferências correntes, IRRF, SUS, Deduções da receita, auxílio financeiro (PLC 173), outras receitas de capital, alienação de bens, transferência de capital e operações de crédito ficaram abaixo da arrecadação no exercício anterior; que o total de receitas correntes dos valores 2020 para 2021 houve uma evolução de R$ 234.658.230, R$ 162.320.856 a mais do que o previsto. Nas receitas de capital, verificou-se uma diferença de -R$ 35.913.349 e -R$ 176 milhões em relação a previsão, explicando que ficaram abaixo, sobretudo em decorrência das operações de crédito; O Total Geral de arrecadação em 2021, ficou em 2 Bilhões 668 milhões, comparado com 2.020 R$ 2 Bilhões 464 milhões, houve um aumento de arrecadação de 204 milhões e em relação a previsão, houve um aumento de arrecadação de R$ 16 milhões 628 mil; quanto ao restante das despesas consolidadas e da apuração do resultado orçamentário, a despesa total prevista tinha como dotação inicial R$ 3.522.693.665, em dados consolidados, o total da despesa empenhada R$ 3.217.602.679 e o total de despesa liquidada em R$ 3.085.507.056; que por natureza econômica, os dois grandes grupos que apresentaram a maior SUS representação no total são as despesas com pessoal e encargos sociais – R$ 1 bilhão, 494 milhões; e as outras despesas correntes, que são as despesas relacionadas ao custeio da máquina pública R$ 1 bilhão 140 milhões; Com relação as despesas por função, a função de governo que tem maior representatividade dentro da despesa total, são as despesas com saúde, representando R$ 775 milhões, lembrando que esse valor refere-se a dados consolidados, envolvendo também a FIPASE e o SASSOM; a segunda função em relação ao total de despesa são os gastos com Previdência Social, representando R$ 600 milhões, sendo o 2º maior tipo de despesa do Município; logo em seguida temos os gastos com educação R$ 588 milhões, seguidos dos gastos com saneamento - R$ 286 milhões; gastos com administração R$ 251;

urbanismo R$ 184 milhões e os encargos especiais R$ 172 milhões e as demais funções somadas totalizam R$ 141 milhões; Apresentou o resultado orçamentário, com apuração do resultado orçamentário em que há uma receita total arrecadada de R$ 3.447.912.673; despesa total liquidada de R$ 3.085.507.506, apurando-se um superávit orçamentário de R$ 362.405.617, que leva em consideração somente a despesa liquidada; Demonstrou a todos a composição do resultado orçamentário, explicou que a lei de responsabilidade fiscal por versar acerca de dados de despesa liquidada, desconsidera restos a pagar não processados que são despesas que existem dotações, mas que ainda necessitam das notas fiscais para execução desses restos a pagar, totalizando R$ 132.095.623; Passou a fazer um comparativo da despesa da Prefeitura, em dados consolidados, demonstrando as despesas por função de governo e também por natureza econômica, dados da despesa liquidada; despesa total da Prefeitura num comparativo 2020 – R$ 1.956.721.356 e em 2021 – R$ 2.017.819.900, apresentando um pequeno aumento da despesa orçamentária, sendo que os principais grupos são a saúde com um aumento de R$ 636 milhões para R$ 689 milhões; seguindo da educação R$ 539 milhões em 2020 e R$ 587 milhões em 2021; Gastos com administração R$ 245 milhões para R$ 251 milhões e 2021; urbanismo R$ 235 milhões com uma queda para R$ 184 milhões em 2021; os encargos especiais R$ 183 milhões, com queda para R$ 172 milhões; Que a despesa da Prefeitura por natureza econômica, aquela mesma despesa de R$ 1.956.721.356 em 2020 e R$ 2.017.819.900 em 2021, os dois principais grupos são os gastos com pessoal e encargos sociais, que eram em 2020 de R$ 1 bilhão e 38 milhões e em 2021 chegaram a R$ 977 milhões, as outras despesas correntes - que são as despesas com custeio da máquina pública R$ 684 milhões em 2020 e R$ 833 milhões em 2021; também demonstrou os outros gastos com investimentos, amortização da dívida contratada e juros encargos da dívida contratada; Afirmou que a Prefeitura também tem gastos que não são de origem orçamentária, que são os repasses que ela faz para administração dos órgãos da administração direta e para o Poder Legislativo, para que executem seus orçamentos, assim, demonstrou um comparativo de 2020 para 2021, que houve um total de repasses para administração direta totalizando R$ 215 milhões em 2020 e em 2021 totalizou R$ 247 milhões; eu os principais órgãos da administração direta são o IPM e a Guarda Civil Metropolitana, que para o IPM houve R$ 163 milhões repassados em 2020 e R$ 186 milhões em 2021, enquanto que no âmbito da Guarda, os repasses foram de R$ 38 milhões em 2020 e R$ 41 milhões em 2021; os repasses para o Poder Legislativo, descontada a dedução do duodécimo, que a Câmara realiza anualmente para a Prefeitura, o total líquido repassado foi R$ 47 milhões em 2020 e R$ 42 milhões em 2021; e o total de repasses da Prefeitura para os órgãos da Administração Direta e Poder Legislativo, foram na casa de R$ 262 milhões em 2020 e R$ 289 milhões em 2021, que então além daquela despesa orçamentária de 2 bilhões e 17 milhões em 2021, a Prefeitura também teve o desembolso R$ 289 milhões em repasses; No tocante as metas fiscais, explicou que a base é a receita corrente líquida, sendo os dados do acumulado de Janeiro a Dezembro de 2021, a base e o cálculo é feita considerando a receita

corrente bruta R$ 3.234.522.067, são feitas deduções exigidas por lei, referentes aos repasses e as receitas previdenciárias, que precisam de deduções pois há uma vinculação própria, que a receita corrente líquida, na casa de R$ 2.862.305.857, são deduzidas as emendas parlamentares individuais que o município recebe da União R$ 4.299.000, chegamos na receita corrente líquida ajustada para o limite de endividamento; que existem as emendas de bancada para fazer uma nova dedução para chegar na receita corrente para limite das despesas com pessoal, o que neste caso é igual, devido a inexistência de emendas de bancada; no tocante ao resultado primário temos a previsão anual atualizada das receitas e despesas fiscais e a realização dessas receitas e textos fiscais; o total de receitas fiscais primárias tinha uma previsão de R$ 2.899.903.346 e houve uma arrecadação de R$ 2.987.325.195, que o principal grupo são as receitas primárias correntes; o total das despesas primárias era previsto R$ 3.412.864.607 e foi realizada R$ 2.753.179.695, com destaque para as despesas primárias correntes; que o total fazendo a confrontação da receita total primária, chega a um superávit primário de R$ 234.145.500; A meta Fiscal prevista na LDO era não extrapolar um déficit primário na ordem de R$ 210 milhões, como houve a apuração de um superávit primário, não houve a extrapolação da Meta fiscal; Passou a demonstrar o resultado nominal - dados consolidados também, que trouxe uma posição da dívida fiscal líquida em 2020 o que é comparado a 2021, que o cálculo é feito da dívida consolidada bruta, que era R$ 581 milhões em 2020 e foi para R$ 675 milhões em 2021, explicou que a lei exige que sejam feitas deduções relacionadas aos ativos disponíveis, que são os ativos financeiros existentes para a Prefeitura e os órgãos da administração, que são deduzidos alguns haveres financeiros que são alguns recebíveis e também leva em consideração os restos a pagar processados, as deduções chegaram à casa de R$ 537.642.573 em 2020, já em 2021 R$ 804.269.280; a dívida consolidada líquida em 2020 foi R$ 43.547.094 positivos, menos R$ 128 milhões negativos, acrescentou que a dívida consolidada líquida é base para o limite de endividamento. Informou que para a dívida fiscal, são retirados do cálculo os passivos reconhecidos, relacionados a pagamentos de parcelamentos junto à Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional, obtendo assim uma dívida fiscal de -R$11 milhões de 2020 e –R$ 181 milhões em 2021, a apuração do resultado, chega a um déficit nominal de -R$ 170 milhões, o que significa dizer que a dívida fiscal reduziu em R$ 170 milhões, que a meta fiscal de resultado nominal era um superávit nominal de R$ 76 milhões como houve uma apuração de um déficit nominal, ou seja, uma redução da dívida de R$ 170 milhões, também não houve extrapolação da Meta fiscal. Falou de três limites relacionados ao endividamento, que a base é a receita corrente líquida, R$ 2.617.709.811 em 2020 e R$ 2.858.006.857 em 2021, informou que a dívida consolidada líquida em 2020 estava em R$ 43.547.094 e em 2021 -R$ 128.654.282, representando -4,5; Quanto as operações de crédito, a Lei exige que os Municípios não ultrapassem 16% de operações de crédito realizadas dentro de um mesmo ano, em 2020 chegou a 5,09% e em 2021 3,97%, também abaixo do máximo exigido; No tocante as concessões de garantia que o município confere a entes fora do seu orçamento, a lei exige que não

ultrapasse 22%, informou que em 2020 foi de 3,76% e em 2021 2,92%, o que também não houve extrapolação do limite e as concessões de garantia estão relacionados com empréstimos da Cohab, com empréstimos habitacionais. Passou a falar da evolução da dívida fundada somente da Prefeitura, que são dados isolados, que há seis grandes grupos de dívidas, sendo: precatórios, União (tributos federais), empréstimos com Instituições financeiras, acordo 28,35%, outras dívidas com instituições não financeiras, intraorçamentária; que em uma análise desde 2013 os grupos que mais apresentaram elevação foram os empréstimos com instituições financeiras e precatórios e os que apresentaram maior queda foi o acordo dos 28% e as dívidas intraorçamentárias; A evolução da dívida fundada total de 2013 a 2021 apresentou um fechamento em 2021 de tal forma que a dívida fundada da Prefeitura estava em R$ 717.819.527,22, o que representa um aumento de 14,10% em relação a 2020, que o ápice da dívida foi no exercício de 2015 com R$ 835.880.789,95, apresentou assim, todos os valores nominais por exercício, sem correção. Falou da mutação da dívida ao longo do período de 2013 às 2021, sendo que o que mais apresentou modificações foi o aumento com as instituições financeiras e precatórios, que os grupos com as maiores quedas foi o do acordo dos 28% e as dívidas intraorçamentárias. No tocante as metas fiscais relacionadas com a educação, que a aplicação no ensino a base são as receitas de impostos e transferências de impostos, o que representa R$ 2.050.587.786, sendo que a aplicação mínima legal de 25%, totaliza R$ 512.646.946, o total da despesa empenhada atingiu R$ 484.183.889, a despesa total liquidada R$ 480.823.383, observando que não houve o cumprimento da meta fiscal, ficando em 23,61% do emprenhado e 23,45% do liquidado, explicando que vários Municípios ficaram nesta situação por conta da Pandemia e que houve aumento de arrecadação em relação ao previsto. Quanto aos recursos do FUNDEB totalizam R$ 265.627.670, que as aplicações mínimas no magistério e a aplicação mínima dos recursos recebidos no exercício foram observadas, superando os limites mínimos legalmente estabelecidos, aplicando-se R$ 217.174.920 no magistério (81,76%) e aplicou-se dentro do ano 91,48% sobre a despesa empenhada no exercício e 90,16% da despesa liquidada no exercício. No tocante a Meta aplicação na saúde, a base são receitas de impostos e transferências de impostos R$ 2.043.320.756, a aplicação mínima constitucional de 15% representa R$ 306.498.114 e os gastos totais em saúde pela despesa liquidada ficaram em R$ 689.632.547,53, observando que tratam-se de gastos apenas da Prefeitura, não considerando as autarquias, efetuando as deduções, para fins de apuração do limite ficou em R$ 463.283.199,85, perfazendo 22,67% de aplicação. Passou a despesa de pessoal, explicando que a base é a receita corrente líquida R$ 2.858.006.857, falou acerca da questão da modulação com o Tribunal de Contas; a despesa bruta com a modulação perfaz o valor de R$ 1.652.770.555 (57,83%), que a diferença fica no tocante as deduções, que com a modulação fica em R$ 522.205.973 (18,27%) e sem a modulação R$ 414.425.418 (14,50%) ficando assim a despesa de pessoal realizada que é a que é considerada para fins de limite: com modulação R$ 1.130.564.583 (39,56%) e sem modulação R$ 1.238.345.137 (43,33%), observando que em ambos os casos está abaixo dos três limites exigidos

pela Lei de Responsabilidade Fiscal; sendo o limite máximo 54%, prudencial 51,30% e alerta 48,60%. Alertou que segundo a decisão do Tribunal de Contas, no tocante ao TC 21431.989.18, que trata da modulação dos efeitos fiscais, em 2022 aplica-se no mínimo 70% e a partir do próximo exercício 100%. Trouxe ao final um breve resumo da metas e do realizado no tocante aos limites de despesa de pessoal, aplicação na saúde, FUNDEB e educação. Ao final, se colocou à disposição para responder a eventuais dúvidas e questionamentos, finalizando a explanação e apresentação. Vereador André Rodini abriu a palavra aos presentes, agradecendo a todos e não havendo questionamentos, indagou ao Secretário como será cumprida a determinação da aplicação mínima em educação, se vai cumprir, se não vai cumprir e o que será feito? O Secretário respondeu que pela primeira vez nessa administração, deixaram de cumprir os 25% de aplicação na educação, que foram cumpridos 23,45% e empenharam 23,60%, informou que está em discussão no Congresso Nacional uma Emenda constitucional para que os milhares de municípios brasileiros que não aplicaram os 25% mínimos na educação, não sejam penalizados, tendo em vista que no ano de 2021, os alunos não frequentaram as escolas, fato que levou a redução dos custos da educação, acrescentou que no caso de Ribeirão Preto, há uma conta individualizada e separada, na Caixa Econômica Federal com o valor que faltou para ser aplicado os 25%, perfazendo R$ 30.561.492, 25, que estão aguardando o trâmite da emenda constitucional em trâmite no Congresso regulamentando a situação. Vereador André Rodini agradeceu a atenção do Secretário, dos técnicos da Secretaria da Fazenda e demais presentes e considerando também não haver participação no link disponibilizado a todos, nem nas redes sociais, declarou encerrada a presente audiência pública para prestação de contas do 3º quadrimestre de 2021, às 16:08hs, da qual para constar, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada pelo Vereador André Rodini, presidente dos trabalhos dessa audiência pública.

ANDRÉ RODINI
Vereador Vice Presidente da
Comissão Permanente de Finanças,
Orçamento, Fiscalização, Controle e Tributária